

**“A CRUZ, A FOICE E O GAVIÃO”: MAS ONDE ESTAVAM OS PINTOS? – A
EXPERIÊNCIA ORGANIZACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS NA
CIDADE CRATO (1962-1970)**

João Paulo Fernandes da Silva
(Mestrando/ UFC)
joapauloufc@yahoo.com.br

Devido às tentativas “frustradas” de organização dos trabalhadores rurais no Cariri por parte das Associações de Lavradores orientadas pelo partido comunista, bem como pela inexistência de Ligas Camponesas na região, foi a Igreja Católica que ganhou a corrida na fundação e do reconhecimento dos sindicatos caririenses. ¹

Segundo levantamento, baseado em pesquisas realizadas nos arquivos da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará - FETRAECE - foi no sul do estado do Ceará, no município do Crato, que surgiu o primeiro sindicato dos trabalhadores rurais, sob orientação da Diocese cratense, através da Fundação Padre Ibiapina, em primeiro de janeiro de 1962. ²

Embora tenha sido reconhecido somente em onze de maio do mesmo ano, este e os demais sindicatos fundados na região resultaram de um trabalho de padres e párocos, tendo a frente padre Lurildo Linhares, “que soube com galhardia, implantar o sindicalismo”. ³

Os primeiros contatos realizados junto ao homem do campo caririense deram-se nas comunidades rurais, nos arredores do município cratense. Nesse sentido, para auxiliar, acompanhar e coordenar todo o trabalho, formalizou-se, portanto, uma equipe composta por algumas lideranças escolhidas pela Igreja, além de representantes da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – ANCAR. Entre elas estavam: Padre Lurildo Linhares, Teresa Siebra, Valderir Oliveira, Zé Matos entre outros integrantes.

Acilon José Santana, na época o primeiro associado da delegacia do sitio Boqueirão, e que vivenciou os primeiros passos da equipe na orientação junto aos trabalhadores, recorda:

“Passaram oito dia lá na minha casa [...] Padre Lurildo, Teresa Siebra, Valderir Oliveira (um que morava aqui), Zé Matos e Geraldo Lemos. Aí, passaram uma semana lá, orientando o povo, lá no Boqueirão. Agora eles

vivia lá em casa, comia lá em casa, mas eles dava curso em outro sítio, né. Porque o patrão lá não queria [...] Naquele tempo sindicato era que nem o cão, ninguém queria ver nem falar né! Até mesmo muita gente pobre não queria. Foi antes da revolução. Sessenta e quatro a revolução num foi? Foi quando o sindicato nasceu “. 4

Com o auxílio de um carro, onde fora acoplado um sistema de alto-falante e um arcaico sistema de iluminação, Padre Lurildo e sua equipe percorriam as diversas comunidades, levando as “boas novas sindicais” e anunciando a chegada dos “enviados do Bispo”, como assim eram conhecidos os integrantes da equipe ligada à Igreja Católica. João Felismino recorda que “até determinado momento o pessoal chamava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato, o Sindicato do Bispo, porque funcionava numa dependência da Fundação Padre Ibiapina” (OCHOA, 1989:84).

No relato do senhor Teúnas José Santana, que testemunhou ao lado do irmão Acilon José Santana o trabalho da equipe no sítio Boqueirão, onde nasceram, afirma que era preciso desenvolver iniciativas para chamar atenção e aglomerar os trabalhadores:

“Padre Lurildo tinha uma rural e nessa rural tinha aquele sistema de iluminação pra no dia de uma reunião. E tinha um amplificador também que era instalado pra falar alto, pra gritar, pra chamar o povo, pra chamar atenção! Ora, naquele tempo ninguém sabia disso. Isso chamava muita atenção do povo, e aí quando começava falar naquilo ali, os caras começavam a despertar e iam mesmo. E aí era aquilo ali que o patrão não gostava.” 5

Novaes, ao analisar os sindicatos fundados sob influência da Igreja em João Pessoa, no início dos anos de 1960, chama-nos a atenção quanto à designação dos termos “sindicatos dos padres”, no nosso caso, “sindicatos dos bispos”. Segundo a autora, para entender tais expressões, faz-se necessário compreender a contraposição em relação a outros termos, tais como: “sindicato da Liga”, “Sindicato da Foice”. Tais designações enfatizam as diversas forças que apresentavam-se como legítimos mediadores do homem do campo, como também, faziam parte de um contexto marcado por inúmeras transformações no espaço agrário brasileiro que *impulsionaram a formação de diversos movimentos sociais espalhados pelo Brasil, como as Ligas Camponesas em Pernambuco, as Associações de Lavradores aqui no Ceará, a insurreição no sudoeste do Paraná (Porecatu), e em São Paulo, marcadas por divergências entre donos de terras e trabalhadores do campo, além das disputas*

acirradas na corrida para o reconhecimento de cartas para fundação de novos sindicatos. Dessa forma, na maioria dos municípios, “onde os sindicatos do padre” se apresentavam como uma inédita proposta de organização, somado a isso o fato da própria ausência das Ligas, “facilitava a difusão de história como a do chocalho (um cativo da peste) e valorizava a adesão voluntária ao *sindicato do padre*” (NOVAES, 1997:67).

Tereza Siebra, na época uma das integrantes da equipe de sindicalização rural e que vivenciou o início dos trabalhos no Crato e nos demais municípios caririenses, recorda:

“A gente chegava na comunidade para promover um cursinho. A gente chegava cedinho, então Lurildo pedia a presença de seis pessoas da redondeza que tivesse liderança. Então a gente passava o dia com esses seis, conversando. Saíam dali preparados. Depois íamos as casas convidar as pessoas para a reunião à noite. O pessoal já sabia, então enchia, vinham muitas pessoas. Nessa reunião a gente fazia a primeira aula, conversávamos com eles, fazendo com que todos falassem. Daí a gente via a realidade, não tinham terra, o salário era pouco, a parceria era alta, etc. A gente passava três dias e quando saía de lá tínhamos os nomes de cinco a dez pessoas interessadas e assim a gente deixava alguma organização. Depois tinha o curso que era na sede, onde passavam alguns dias estudando sobre sindicalismo.

O depoimento de Teresa Siebra apresenta-se rico em significados. Esse fragmento de memória ressalta o cotidiano da equipe na realização do trabalho junto às comunidades, além do que o relato projeta a vivência da pobreza e exploração a que estes trabalhadores eram submetidos em seu dia-a-dia.

Em seguida, ainda ressalta que, nos encontros realizados nos sítios, a Igreja buscava primeiramente pessoas que tinham um nível de influência na comunidade – líder de bairro, presidente de “grupo de jovens” etc – e que possivelmente trabalhasse de preferência nas atividades ligadas ao serviço religioso, o que de fato era algo bastante comum, visto que nas comunidades rurais, sobretudo na década de 1960, na região do Cariri, a população era predominantemente católica, em outras palavras, havia uma permanência mais acentuada dos valores religiosos. Assim, essas lideranças escolhidas eram levadas para a sede da Fundação Padre Ibiapina onde participavam de diversos cursos: *Orientação sindical para dirigentes e líderes rurais*, *Prática sindical*, *Administração Sindical*, etc, ministrados pela equipe de assistência sindical. Depois de treinadas e capacitadas nos assuntos burocráticos (tais como fazer uma ata, compor uma

diretoria, realizar prestação de contas), tinham, entre as suas responsabilidades, sensibilizar e indicar outros trabalhadores para participarem das reuniões.

Teúnas, que na época era professor de uma escola que pertencia à diocese, também catequista e presidente do clube de jovens na comunidade do Boqueirão, foi um dos líderes escolhidos pela equipe. O mesmo aponta as dificuldades e confirma a estratégia utilizada pela Igreja para estender o convite aos outros trabalhadores:

Porque lá (no Boqueirão) eu comecei a exercer uma função que chama de liderança na comunidade, naquele tempo começou aqueles movimentos e a ANCAR que hoje é EMATECE me descobriu através dos vizinhos e tudo. E aí eu comecei, entrei e dei os primeiros passos nesse movimento de comunidade. E lembro muito bem que eu vim aqui para o Crato participar de cursos e ao voltar eu comecei a ensinar numa escola que tinha da diocese, da organização diocesana de escolas radiofônicas, do MEB. E daí eu entrei nesse negócio e fiquei até hoje, porque ainda hoje eu trabalho no movimento de Igreja. Eu trabalhei muito já onde eu morava, trabalhei nas comunidades lá no boqueirão, na lagoa rasa. Mas eu comecei nessa questão de catecismo, escola, delegacia sindical, clube de jovens. Todas essas coisas, eu passei por isso tudo. 6

Como se poder ver, esse trabalho de visitação era realizado em diversas comunidades espalhadas pelo Crato e municípios vizinhos. Vale salientar que mesmo a assistência aos trabalhadores sendo realizada por pessoas ligadas à Igreja, gerava desconfiança entre a maioria dos proprietários rurais que não aceitava a organização de seus trabalhadores, e nem que os mesmos se afiliassem aos sindicatos. Dessa forma, devido às pressões dos *patrões*, assim como eram chamados os donos de terras, as primeiras reuniões com os trabalhadores ocorriam nas paróquias das localidades onde eram realizados os trabalhos. Na ocasião, o padre cedia o salão paroquial ou a sede da Igreja, onde uma ou duas vezes na semana muitos se aglomeravam para ouvir sobre as primeiras noções sindicais.

Entre as lembranças recolhidas dos trabalhadores, está a de seu José Macêdo. Ao recordar parte de sua experiência na participação das primeiras reuniões no sítio Baixio das Palmeiras, onde o mesmo ainda reside, conta-nos:

Já houve reunião aqui varias vez, ali em cima da capela, capela coração de Jesus. E tinha um padre que era muito progressista, ele era da diocese num sabe. E esse padre juntamente com Tereza Siebra, fazia aqueles movimentos, aqueles encontro e aí, ia conscientizando o povo”.[...] nisso os patrão era contra, principalmente senhor de engenho. Falar em sindicato, ave Maria! butava pra fora logo! “ 7

O trabalho aos poucos se expandia e logo surgiram as primeiras delegacias sindicais, eram elas: delegacia de Lagoa Rasa e Boqueirão, delegacia de Ponta da Serra, delegacia do Sítio Fábrica, delegacia do sítio Pai Mané, delegacia de Belmonte, delegacia Riacho Fundo, delegacia de Cachoeira dos Gonçalves etc. Ao todo, somavam-se quase 20 delegacias. Cada delegacia ficava a cargo de um delegado sindical, escolhido na maioria das vezes pela própria comunidade, a quem cabia levar as orientações e as principais decisões da entidade.

Em julho de 1962, precisamente no dia vinte e três, realizava-se, na sede do círculo operário, a primeira reunião para tratar de assuntos referentes a eleição dos órgãos administrativos: Diretoria e Conselho Fiscal. Segundo a ata, a mesa foi presidida pelo associado Antonio José da Paixão, do sítio Monte Alegre, e estiveram presentes, além do assistente do Delegado Regional do Trabalho, o senhor Dr Vicente Candido Neto, representantes da equipe do departamento sindical da Diocese do Crato, composta pelos senhores Geraldo Lemos e José Tércio Siebra e pelas senhoras Irmã Leonia, Irmã Leonor e Antônia Duarte. Estes ficaram responsáveis por “orientar o processo do pleito de conformidade com as instruções em vigor”. A assembléia, que contou com a presença de 31 associados, findou-se com a eleição da diretoria, que ficou assim composta: Presidente José Teófilo de Almeida, secretário Vicente Tavares de França e tesoureiro Antônio Vieira de Melo. ⁸

É preciso salientar que, mesmo com a eleição de uma diretoria, até o ano de 1970 o sindicato não tinha sede própria. Os encontros dos trabalhadores eram realizados em uma pequena sala situada nos fundos da sede do Patronato Ibiapina. As reuniões geralmente ocorriam na segunda-feira, dia que se realizava a tradicional feira do Crato, ocasião em que os mesmos dirigiam-se para o centro da cidade para fazer compras e comercializar seus produtos, ou nos finais de semana, onde a maioria dos trabalhadores estavam “livres” das atividades do campo, sendo dessa forma mais fácil aglomerar um número maior de participantes.

Seu Acilon Santana afirma que, devido às pressões dos patrões, se tornava difícil deslocar-se até sede do patronato para participar das reuniões e relata as dificuldades enfrentadas:

A gente entrava escondido (no sindicato). A minha filha mais velha, veio estudar na casa do filho do meu patrão. E pra eles me avisarem (através do rádio), eu mandei da outro nome pra ela colocar. Porque tinha um programa na rádio, era meio dia esse programa, chamado: “Nossos caminhos se encontram”. Aí chamava o pessoal pra ir, pra participar das reuniões na Fundação. Aí pra não chamar Acilon lá do boqueirão, se não sabia quem era né. Aí ela butava outro nome, aí eu já sabia que era eu e então eu ia. Já para não ter problema com o patrão. 9

Abreu e Lima, ao analisar a constituição dos primeiros sindicatos de Pernambuco, ainda na década de 1950, afirma que “os limites dos municípios nem sempre correspondiam aos das propriedades rurais e usinas, e que esses sindicatos pioneiros, no geral, englobavam mais de um município”. A autora ainda enfatiza que essa estrutura foi mantida até a década de 1960. 10

Apesar do STR do Crato ter sido fundado, como já foi dito, em 1962, ou seja, doze anos depois da fundação dos primeiros sindicatos de Pernambuco, nele podemos encontrar características semelhantes, no sentido de conglomerar inúmeros municípios da região Caririense. Para termos uma idéia dessa aglomeração e do trabalho que era realizado através do “sindicato do Bispo”, Expedito Guedes nos reporta que “a ação do STR do Crato se estendia até outros municípios mais próximos, abrangendo as cidades de Farias Brito, Santana do Cariri, Nova Olinda, Araripe, Potengi, Antonina do Norte e Altaneira”. 11 Na prática, o trabalho abrangia 26 municípios da região.

Essa vasta extensão intermunicipal pode ser entendida através dos decretos de regulamentação das entidades sindicais estabelecidos pelo Ministério do Trabalho. A portaria 355-A, de 1962, possibilitava a existência de no máximo quatro sindicatos numa mesma base territorial, ficando a cargo dos sindicatos a possibilidade de redução e ampliação dos mesmos. Somente em fevereiro de 1965, esse enquadramento seria modificado, através da Portaria nº. 71 do Ministério do Trabalho, em que ficaria estabelecida a existência de um único sindicato dos trabalhadores por base territorial (ABREU E LIMA, 2005:38).

Outra explicação contundente para a expansão desses sindicatos em uma mesma extensão territorial manifesta-se pelo intuito da Igreja de “fechar” a região à penetração de sindicatos de cunho comunista, sobretudo devido a maioria dos municípios da região fazerem fronteiras com os Estados da Paraíba e Pernambuco, onde os movimentos das

ligas Camponesas se davam de forma mais acentuada, além do que as divergências ideológicas entre Igreja, PCB e Ligas aguçavam-se a nível nacional.

Com a regulamentação sindical, somadas ao impulso dado pelo governo a entidades sindicais, diversas forças sociais, como o PCB, as Ligas Camponesas, a Igreja Católica, além da própria Ação Popular (AP), conhecidos como “católicos radicais”, representados por setores leigos da Igreja, lançaram-se numa intensa corrida em busca de cartas de reconhecimento e disputavam entre si qual seria a entidade responsável por conduzir o processo de organização dos trabalhadores do campo.

A Igreja, respaldada nos princípios eclesiais – as encíclicas *Pacem in terris* e *Mater et Magister* – além dos documentos dos bispos do Nordeste e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizava seu papel junto aos trabalhadores rurais inserindo-se nesse processo de lutas no campo. Forte aliada das iniciativas governamentais ligadas às questões agrárias, “a sindicalização rural será sua arma contra as Ligas e os comunistas” (NOVAES, 1997:60).

A Igreja deflagrava uma campanha de sindicalização rural, sobretudo em regiões onde a influência do PCB e das Ligas era mais intensa. Em diversos estados do nordeste, a atuação da Igreja expandia-se em inúmeros trabalhos com o intuito de promover o homem do campo. Na região de Seridó, no Rio Grande do Norte, por exemplo, através do SAR (Serviço de Assistência Rural), a Igreja atuou em várias instâncias, realizando trabalhos significativos no meio rural, orientando a fundação de sindicatos e desenvolvendo trabalhos assistenciais, tendo à frente D. Eugênio Sales (CRUZ, 2000). Também em Pernambuco, com maior atuação, sobretudo na Zona da Mata, a Igreja, através do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), realizou inúmeros trabalhos, utilizou-se das paróquias com o intuito de organizar os trabalhadores rurais em torno de cooperativas e sindicatos. Estavam à frente dos trabalhos os Padres Antônio Mello e Padre Paulo Crespo

No Ceará, especificamente na região do Cariri, não foi diferente. A Igreja, através da Fundação Padre Ibiapina, órgão ligado à diocese do Crato, tendo à frente dos trabalhos o Bispo Dom Vicente de Araújo Matos e uma equipe de assistencialismo sindical, desenvolveu iniciativas com intuito de promover o homem do campo. O

sindicato dos trabalhadores do Crato não esteve alheio aos acontecimentos que marcaram as lutas naquele período e é fundado, como já foi afirmado, no bojo dessas atividades.

O trabalho de assistencialismo sindical realizado pela Igreja tinha, na realidade, algumas finalidades específicas: melhorar as condições materiais das populações rurais, observando os preceitos da Lei, e, ao mesmo tempo, assegurar a permanência dos valores cristãos contra as novas idéias revolucionárias de cunho comunista. Sua atuação contou inclusive com o apoio e auxílio do estado vizinho para atingir suas metas, como foi o caso de Pernambuco, através da SORPE, como confirma Teresa Siebra:

“A gente recebia orientação do padre Crespo, lá de Pernambuco, mais de uma vez veio aqui. Ele dava orientação e sua palavra era muito segura, ele era muito experimentado, então ele dizia isso: aqui está a Lei, vamos seguir a Lei. Ninguém sai da linha para não ser flagrado. Desta forma, fazíamos nosso trabalho” (ALBUQUERQUE, 1991:112.).

Nos três primeiros anos da década de 1960, são firmados, para obtenção de recursos financeiros e para subsidiar as atividades, os primeiros convênios com os governos estadual e federal, entre eles o Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que tinha como meta prioritária a educação de adultos no meio rural através de um sistema radiofônico. Essa iniciativa foi baseada no trabalho anteriormente desenvolvido na arquidiocese de Natal. Em 1961, firma-se também parceria com o Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA), e posteriormente é criada a Organização Diocesana de Escolas Radiofônicas (ODER), que, a partir de 1963, passa a contar com ajuda técnica e financeira do MEB.

12

O trabalho de orientação sindical crescia. No decorrer do ano de 1962, entre os meses de maio e outubro, já eram computados seis sindicatos reconhecidos com suas respectivas bases territoriais, que correspondiam ao todo a 27 municípios distribuídos por toda região. Destes, até onde foi possível realizar o levantamento dos dados, todos recebiam orientação da Igreja e sua equipe. 13

Mas, como já foi enfatizado, nos primórdios dos anos de 1960, o clamor por reformas sociais era a bandeira levantada pelas mais variadas tendências políticas brasileiras. Durante o governo de João Goulart, o país passava por um momento de

recessão e inflação acentuada, culminando em uma forte crise econômico-financeira. Não obstante, constantes crises político-institucionais e no sistema partidário, ampla mobilização política das classes populares, bem como o fortalecimento e ampliação do movimento operário e dos trabalhadores rurais contribuía cada vez mais para a formação de uma atmosfera de incertezas que permitia a todos apostarem em novas alternativas para o crescimento e desenvolvimento do país. Cabe ressaltar também que, justamente nesse período, era deflagrado o rescaldo da revolução Cubana – a primeira revolução socialista na América.

Diante da realidade de uma conjuntura social permeada por incessantes conflitos, a crise se precipitou no dia 13 de março, em razão da realização de um grande comício em frente à Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Com a promessa de encaminhar ao Congresso projetos de reformas de base (agrária, eleitoral, bancária, constitucional, universitária) Jango radicalizava seu discurso anunciando desapropriações de terras às margens de rodovias e ferrovias federais, mostrando sua disposição para realizar uma reforma agrária de fato, ou seja, sem nenhuma forma de indenização, pecuniária ou através de títulos públicos. Os conservadores reagem com uma manifestação em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março. Foi o estopim, que culminou com o golpe militar de 1964, levando Castelo Branco ao poder.

Com o golpe, o Governo Castelo Branco interveio em diversos sindicatos espalhados pelo Brasil. Assim, uma violenta repressão se abateu sobre os sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos na época e sobre as Ligas Camponesas, em particular, que foi colocada na ilegalidade. Trabalhadores rurais foram perseguidos, várias entidades sindicais foram fechadas e muitas perderam seus direitos de representação, sobretudo aquelas de orientação comunista. Até mesmo os sindicatos fundados e orientados pela Igreja não foram poupados e várias lideranças ligadas ao clero foram presas.

Os sindicatos rurais do Cariri, mesmo em menor proporção, também sentiram as consequências do regime, e sofreram imposições. A equipe de assistência sindical sentiu dificuldades na realização do trabalho no campo. Muitos trabalhadores deixaram de

freqüentar as reuniões nos sindicatos, além do que entre os camponeses crescia um medo e uma aversão do chamado comunismo ser implantado e instaurado na cidade do Crato.

Notas:

¹ Orientadas pelo Partido Comunista Brasileiro, as Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará, desde o início dos anos 50, desenvolveu um trabalho de orientação dos camponeses em toda região do Cariri. Em 1957, através da criação da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC), conseguiu reunir aproximadamente trinta associações que congregou os camponeses até aos meados da década de 60 em todo o estado. Devido às dificuldades existentes para com esse tipo de organização, decorrente tanto pela inexistência de uma legislação específica para o campo e tendo como conseqüência a criação do sindicato dos trabalhadores rurais do Crato, sob orientação da Igreja, as mesmas não obtiveram êxitos e foram sucumbidas aos poucos na região. Ver em OCHOA, Maria Glória W. *As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará: 1954-1964*. Fortaleza: UFC/NUDOC, 1989, p.65.

2 - Criada em 1966, a Fundação Padre Ibiapina é um órgão pertencente à Diocese do Crato. Suas atividades estão pautadas nas antigas Casas de Caridade fundadas pelo missionário Padre Ibiapina. Essas casas eram lugares de abrigo, educação e promoção social das mulheres pobres, empreendimento que se expandiu até mesmo por outros estados no nordeste, como foi o caso da Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Pernambuco. Seguindo a mesma filosofia de trabalho de cunho assistencial, é fundado em 1946 o Patronato Ibiapina, detentor de um extenso patrimônio muito bem estruturado, prestando diversos serviços à sociedade. A partir de 1956, tendo a frente o Bispo Dom Francisco de Assis Pires e seu Bispo auxiliar Dom Vicente de Paulo Araújo Matos, o Patronato passa por um processo de reformulação. Nesse sentido, vários departamentos internos são criados com objetivo de facilitar e descentralizar os trabalhos. Para subsidiar suas atividades e garantir recursos financeiros, diversos convênios passam a ser firmados entre a diocese e os governos federal e estadual. No final do ano de 1965 e o início de 1966, é finalmente criada a Fundação Padre Ibiapina, que logo é reconhecida de utilidade pública, através do decreto nº.59105/66, como uma entidade filantrópica. Essa instituição exercerá através de suas atividades assistenciais um papel social importante em toda região, principalmente junto aos trabalhadores no campo, onde através de sua iniciativa, surgem na região os primeiros sindicatos rurais. Sobre a ação missionária de o Padre Ibiapina ver: RIBEIRO, Josiane Maria de Castro. *Entre a penitência do corpo e o corpo em festa: uma análise das missões do padre Ibiapina no Ceará (186-1883)*. Fortaleza, 2003. Dissertação (Mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará.

³ - Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo (DHDPG). Relatório do Centro de Documentação, Estudos e Pesquisa - CENDEP. *A ELIRUR realizou para dar ao homem. 1962-1974*.p.5

⁴ Acilon José de Santana, agricultor, cratense, 74 anos. Entrevista em 10 de fevereiro de 2009.

⁵ Teúnas José Santana, cratense, 63 anos. Teúnas fez todo um percurso de trabalhador rural a dirigente sindical no ano de 1974. Concedeu-nos uma entrevista em 18 de abril de 2009

⁶ Teúnas José Santana, cratense, 63 anos. Teúnas fez todo um percurso de trabalhador rural a dirigente sindical no ano de 1974. Concedeu-nos uma entrevista em 18 de abril de 2009

⁷ José Ferreira Macedo, agricultor, 61 anos. Entrevista em 12 de fevereiro de 2009.

⁸ Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo (DHDPG). Relatório do Centro de Documentação, Estudos e Pesquisa - CENDEP. Ata de fundação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Crato. 23/06/1962. p.sem numeração.

⁹ Acilon José de Santana, agricultor, cratense, 74 anos. Entrevista em 10 de fevereiro de 2009.

¹⁰ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos*. Recife: Editora Universitária da UFPE; Editora Oito de Março, 2005.

¹¹ Expedito Guedes da Silva. 57 anos. Nome expressivo dentro do movimento sindicalista cratense. Fez todo um percurso de trabalhador rural a dirigente sindical. Concedeu-nos uma entrevista em 25 de Fevereiro de 2007.

¹² Relatório do Centro de Documentação, Estudos e Pesquisa - CENDEP. *Tentativa de sistematização da Ação Social Para a Promoção Humana*. 1980.p.7.

¹³ Os dados relativos às cartas de reconhecimento dos sindicatos caririense, bem como outra vasta documentação relativa à memória do sindicato rural brasileiro, podem ser encontrados digitalizados no arquivo virtual Lyndolpho Silva. Disponível no endereço: <http://www.ufrj.br/cpda/als/>

BIBLIOGRAFIA:

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos**. Recife: Editora Universitária da UFPE; Editora Oito de Março, 2005.

ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo. **Igreja, Sindicato e Movimento dos trabalhadores.** Fortaleza - Ceará. 1991.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003

CARVALHO, Abdias Vilar de. “A Igreja Católica e a questão agrária: análise de suas declarações no período 1950-1964”. Revista de Cultura e Política. p. 73 – 89

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

NOVAES, R. R. De corpo e alma: **Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo.** Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997.

OCHOA, Maria Glória W. **As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará:** 1954-1964. Fortaleza: UFC/NUDOC, 1989.